

## PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, que *institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.*

RELATOR: Senador **EFRAIM MORAIS**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, de autoria do Senador MARCONI PERILLO, institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), em cumprimento à previsão inscrita no art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O projeto estabelece como função institucional do Conselho a promoção da “harmonização e coordenação das práticas relativas à gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O art. 2º da proposição firma a composição do CGF, que será integrado por representantes dos órgãos de controle externo dos entes federativos, assim como, na condição de observadores, por representantes dos órgãos centrais de contabilidade e orçamento da União, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e dos Conselhos Federais de Contabilidade, de Economia e de Administração.

As competências do CGF são arroladas em onze incisos do art. 3º do projeto, que incluem as atribuições do Conselho determinadas pelo art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000. O art. 4º da proposição determina que os recursos necessários ao funcionamento do Conselho correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Contas da União.

O art. 5º do projeto institui duas unidades de apoio ao CGF: a Comissão Técnica Permanente e a Secretaria Executiva. As atribuições e composição dessas unidades de apoio são disciplinadas nos dois artigos seguintes da proposição.

O projeto determina, ainda, em seu art. 8º, que as normas gerais para consolidação das contas públicas firmadas pelo órgão central de contabilidade da União, nos termos do art. 50º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, permanecerão em vigor até revogação expressa pelo CGF.

A instalação do CGF, de acordo com o art. 9º do projeto, deverá ser efetuada no exercício seguinte ao da aprovação da lei. O art. 10 da proposição acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para inscrever entre as atribuições do Tribunal de Contas da União o fornecimento de recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao funcionamento do CGF. O art. 11 do projeto estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

Na distribuição inicial, a proposição recebeu relatório favorável da lavra da Senadora Kátia Abreu. Em 2008, a matéria foi redistribuída ao Senador João Tenório, que a devolveu em razão de deixar de compor a comissão. Nesta sessão legislativa, a matéria foi novamente redistribuída, primeiramente, ao Senador José Agripino e, depois, a este Relator.

O Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, após avaliação deste Colegiado, deverá ser apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, nos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Com respeito à constitucionalidade do projeto, faz-se necessária, de início, avaliação sobre a legitimidade de sua autoria por parlamentar. O art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, reserva ao Presidente da República a prerrogativa de dar início ao processo legislativo para elaboração de leis destinadas a criar ou extinguir Ministérios e órgãos da administração pública. A instituição do Conselho de Gestão Fiscal, em projeto de autoria de Senador, incorre em violação dessa reserva de iniciativa, o que implica a inconstitucionalidade da proposição.

Ainda que se entenda que o Conselho de Gestão Fiscal já tenha sido formalmente criado pela disposição do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o projeto em análise permanece violando a referida reserva de iniciativa, uma vez que ele, efetivamente, promove a estruturação do órgão e dispõe sobre suas atribuições.

Com relação à juridicidade, a proposição, em linhas gerais, mostra-se adequada. Firmamos ressalva unicamente com relação à composição que se pretende dar ao conselho, em que apenas os representantes dos órgãos de controle externo recebem a condição de integrantes plenos, enquanto os representantes dos demais órgãos da administração pública e das entidades técnicas representativas da sociedade são acolhidos apenas como observadores. Essa disposição contraria o *caput* do art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não estabelece distinção alguma entre os integrantes do conselho.

A proposição é evidentemente meritória, uma vez que busca efetivar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a incrementar o acompanhamento e a avaliação da política de gestão fiscal, em benefício de todos os entes federativos. O vício de inconstitucionalidade formal apontado, no entanto, impede o prosseguimento da tramitação do projeto.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição**, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator